

O segundo calote

Noenio Spinola

A moratória na dívida externa não produziu o mundo maravilhoso com o qual seus ideólogos sonharam: aos poucos, a vida fica mais infernal no Rio de Janeiro, as fábricas demitem no ABC paulista, as vendas caem no comércio regular. Ainda quando se possa atribuir uma parte desse aperto aos freios de ajuste do Plano Bresser para conter a inflação, a verdade é que o país está com algo além de uma violenta dor de cabeça. Não há investimentos de longo prazo, não há horizonte para planejamento, há fuga de capitais, há uma completa desorientação do sistema financeiro e do mercado de capitais.

Nada mais natural para a teoria do calote que aplicar a segunda fase do plano. Na primeira, suspendem-se os pagamentos externos. Na segunda, atribui-se o fracasso da estratégia ao peso da dívida interna. Mas o que é a dívida interna, afinal?

Se você pensar no país como alguém que tem uma conta bancária permanentemente devedora, não será difícil entender de que se trata: o saldo da dívida líquida do setor público (aí incluídos o governo federal, os Estados, municípios e empresas estatais) beirava os 58 bilhões de dólares no primeiro trimestre deste ano. No mesmo momento, a dívida externa chegava a 84 bilhões.

Se você comparar outra vez o seu Produto Interno Bruto, isto é, tudo o que você conseguiu produzir durante um ano, com o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB), será novamente fácil entender onde nos metemos como nação: quando o PIB bateu nos 271 bilhões de dólares, em 1986, os saldos da dívida interna e externa chegavam a 142 bilhões de dólares.

Segundo o Banco Central, o governo federal responde por 41% da dívida, os estados e municípios por 13, as estatais e as autarquias por 45. Não seria simples, então, darmos um calote em nós mesmos? Uma borracha seria passada sobre tudo isso, e a contagem começaria outra vez. As empresas públicas esqueceriam suas dívidas financeiras, os Estados e municípios não cobrariam novos impostos, a União pararia de emitir títulos públicos.

Ponha em movimento essa idéia genial, que está cozinhando ativamente nos caldeirões do calote, e veja o que acontece: todo o dinheiro que circula em títulos (Letras do Banco Central e OTNs) fugiria em debandada. O descrédito do papel do governo já chegou a tal ponto que a poupança se arrisca a permanecer no máximo trinta dias em cadernetas, e por um dia nas letras e títulos do Banco Central. Para sublinhar o apetite e a fome de dinheiro do governo, nada melhor que perguntar pelo que foi feito do BNH e da construção civil. O dinheiro das cadernetas foi esbarrar no Banco Central e o BNH virou folclore. Se grassar a filosofia do calote doméstico, o dinheiro fugirá para onde não possa ser alcançado: ações (se o brasileiro acreditar que as empresas privadas sobreviverão à sandice do setor público), ouro, terras (para quem acreditar no vigor da UDR) ou dólares, para quem definitivamente deixar de confiar no país. Isso, porém, é o que acontecerá com a poupança livre. E a poupança "amarrada"? Os maiores depositantes em títulos públicos são os fundos de aposentadoria dos próprios funcionários públicos. Calote neles. Calote, também, no Banco do Brasil, um dos maiores credores no endividamento das empresas públicas e dos Estados. E calote no público em geral que pulou do depósito à



vista, devorado pelo imposto inflacionário, para o *overnight*.

Rode um pouco mais o carrossel político para ver onde se irá chegar com uma crise das proporções da que seria criada com o calote doméstico: toda a poupança seria estatizada, os bancos privados passariam para as mãos do governo, o comércio entraria em um violento processo de desabastecimento, o capital estrangeiro tenderia a vender seus ativos e a se transferir mais velozmente ainda para o Sudeste Asiático, a Europa, os Estados Unidos, ou até mesmo o México, a Argentina e o Chile.

Na verdade, o calote interno é um endurecimento das linhas ideológicas dentro do PMDB, que estão sofrendo um violento desgaste com o poder nas mãos. Não lhes interessa o jogo democrático que implica pagar o preço de governar elegendo as alternativas mais racionais para o país e seu povo, entre as quais se encontra a democratização do capital das empresas públicas e uma ampla reforma capaz de conduzir ao freio nas fontes de geração da dívida interna. Não há, sequer, interesse em discutir a conversão de dívida em capital, como estão fazendo os mais avançados países europeus. Esse é um tipo de mágica que somente será possível com a mudança das ambições e dos objetivos políticos dos partidos no poder. Requer, além do mais, um tipo de contato e permeabilidade com o empresariado privado (o "manager", não necessariamente o "capitalista" clássico) por caminhos não conhecidos, com contatos e desdobramentos mais complicados que o giro nas rodas oficiais e burocráticas, onde são trocados favores e compromissos de votos.

O que ocorre com este país, na verdade, é a degustação do poder pelos recém-chegados, e o poder tem um gosto doce e pegajoso, um gosto voltado sobretudo para resultados de curto prazo, indispensável à sobrevivência do populismo, típico de jovens experiências democráticas onde não há bases de acordo interpartidário comprometido com a sobrevivência coletiva.

O gosto doce do poder contamina até as mentes mais brilhantes e promissoras, como as de alguns governadores recém-chegados a palácios não frequentados ao longo de vinte anos de autoritarismo. Nada melhor que um palácio para fabricar um fascista. De esquerda ou de direita. E nada menos arriscado em termos populistas que a tese de pregar um calote nos credores. No primeiro momento, será possível dizer que os credores são os bancos, os quais na verdade detêm grande parte da dívida interna, mas quase toda ela repassada ao público. Da pequena empresa que se defende da inflação colocando seu capital de giro no *open*, até a poupança doméstica, quem quer ficar com dinheiro na chuva neste país? Os bancos, porém, vêm fazendo o papel de pato morto há algum tempo e contribuíram em larga medida para a liquidação de sua própria imagem. Nada menos arriscado, então, para o populismo, que atirar seguidamente neles, pregando o calote. Isso acirra a luta entre os que têm e os que não têm poupança e recria a imagem do *open* como inimigo público. Quem não viu esse filme antes? A receita é genial para fabricar nações miseráveis.

No próximo ato, toda a poupança estará nas mãos do Estado. Quando isso acontece, os países centralizados lutam desesperadamente para promover uma *glasnost*, uma abertura, em profunda agonia com o sufocante mundo onanista dos sócios do Estado dentro do Estado. Aqui, o onanismo político vai de vento em popa. Continuem apertando os cintos. Pois ainda existem margens para a penetração na tolerante alma brasileira. E para o avanço de uma folia que passa pela desorganização da poupança. Que passa pela voracidade do Estado. Que passa...